TEORIA DA AÇÃO E TEORIA DE SISTEMAS EM TALCOTT PARSONS E JÜRGEN HABERMAS

Ricardo Pagliuso Regatieri¹

RESUMO

O artigo trata da teoria da ação e da teoria de sistemas nas obras de Talcott Parsons e Jürgen Habermas e está dividido em duas partes. A primeira parte visa expor alguns momentos importantes da evolução teórica de Parsons. A segunda trata da reconstrução crítica da teoria parsoniana realizada por Habermas. Partindo-se de uma exposição da teoria de Parsons, pretende-se apontar como o legado teórico desse autor reverbera na teoria social contemporânea, discutindo-se para isso a apropriação crítica da proposta parsoniana por parte da teoria da ação comunicativa de Habermas.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria social. Teoria de sistemas. Teoria da ação. Habermas. Parsons.

1. Ação e Sistema em Parsons

Talcott Parsons produziu uma vasta obra, que tem como marco inicial *A estrutura da ação social*, de 1937, e se estende até o final dos anos setenta, portanto, ao longo de mais de quarenta anos. Entre seus intérpretes e críticos não existe um consenso sobre possíveis periodizações da obra parsoniana. Há, entretanto, uma concordância, que consiste em considerar, mesmo sob ângulos diversos, que existiriam fases distintas e mudanças teóricas nessas quatro décadas². O primeiro livro de Parsons alcançou grande repercussão apenas após a Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, a ascensão da hegemonia política, econômica e cultural dos Estados Unidos foi acompanhada pela influência mundialmente preponderante da sociologia norte-americana. A teoria de Parsons esteve no fulcro desse movimento e seu grande prestígio acadêmico perdurou até os anos sessenta, quando abordagens alternativas se contrapuseram criticamente à parsoniana.

A estrutura da ação social tem um caráter marcadamente teórico e trata de quatro autores europeus: Alfred Marshall, Vilfredo Pareto, Émile Durkheim e Max Weber. Na sociologia estadunidense, a predominância de Parsons, um sociólogo de Harvard voltado à discussão teórica que procurou, em seu trabalho inaugural, abarcar diferentes tradições da teoria social europeia, edificou-se ganhando o terreno até então ocupado pela tradição sociológica da Escola de Chicago. Os autores da Escola de

¹ Professor Adjunto no Departamento de Sociologia da UFBA.

² Alexander divide a obra de Parsons em uma fase inicial, assinalada pela publicação *A estrutura da ação social*, uma fase intermediária, posterior a esse livro e que se estende até *O sistema social e Rumo a uma teoria geral da ação*, e uma fase tardia, a partir de *Economia e sociedade* (cf. Alexander, 1987, p. 22-110). Luhmann, apesar de defender que Parsons mantém uma só premissa do começo ao fim de sua produção intelectual, distingue *A estrutura da ação social* do período a partir dos anos quarenta, quando passa a sustentar um funcionalismo estrutural integrado à teoria de sistemas (cf. Luhmann, 1996, p. 27-43). Habermas divisa um primeiro momento que se desdobra a partir de *A estrutura da ação social*, um segundo, identificado por um funcionalismo estrutural e demarcado por *O sistema social e Rumo a uma teoria geral da ação*, um terceiro, a partir dos *Esboços de uma teoria da ação* até os anos sessenta, de um

Chicago desenvolviam uma sociologia empírica que tinha como uma de suas principais referências o pragmatismo elaborado, principalmente, por George Herbert Mead. O pragmatismo, uma filosofia que deita suas raízes no *milieu* social norte-americano do século XIX, contrapunha a experiência às elaborações excessivamente teóricas e descoladas do real que, conforme sua ótica, compunham o pensamento europeu³. *A estrutura da ação social*, por sua vez, coloca no centro da sociologia dos Estados Unidos a tradição sociológica europeia.

Se, todavia, diferentes leituras da obra parsoniana não chegam a um acordo sobre a trajetória que essa obra percorreu, Luhmann é enfático em afirmar: “Toda a obra de Parsons pode ser catalogada como variações sem fim da fórmula compacta: *action is system*. [...] Esta fórmula sintética poderia ser tomada como a quintessência de sua mensagem” (Luhmann, 1996, p. 31). De acordo com Luhmann, em Parsons, “a ação só é possível sob a forma de sistema” (op. cit., p. 31). Essa conclusão, Luhmann a depreende do muito conhecido esforço teórico de Parsons, realizado por meio da incorporação de elementos da teoria de distintos autores clássicos, em conciliar a liberdade de ação dos homens com o aspecto normativo da ordem social:

Por detrás dessa formulação revela-se a intenção de Parsons de encontrar um denominador comum entre os clássicos da disciplina sociológica: Durkheim, Weber, Marshall, Pareto. A descoberta essencial foi que a construção de estruturas sociais se realiza sob a forma de sistema e que a operação de base sobre a qual se constrói tal sistema é a ação (op. cit., p. 31-32).

funcionalismo sistêmico, e um quarto, ao longo dos anos setenta, no qual Parsons passa a lidar com problemas antropológicos (cf. Habermas, 2003, p. 281-425).

³ “Os intelectuais norte-americanos viam a vida intelectual europeia arruinada pelo formalismo e fatalismo. Em Kant, havia apriorismo por demais, em Hegel, demasiada metafísica formal e dedutiva. Os grandes sistemas de Spencer eram criticados por serem divorciados da experiência do mundo real. Todos esses sistemas pareciam mecanicistas. Eles formalizavam o que, no fim das contas, era produto da experiência humana. Era errôneo, acreditavam esses intelectuais norte-americanos, tratar mercados, leis e instituições como se fossem mecanismos automáticos e autorreguláveis não afetados pela experiência humana concreta. Necessitava-se, portanto, de uma virada do formalismo para a experiência” (Alexander, 1987, p. 200-201).

Comentando o início da obra parsoniana, Giddens também observa a tentativa de atingir tal objetivo conciliador:

O tema principal de *A estrutura da ação social* é uma convergência imanente do pensamento entre Alfred Marshall, Pareto, Durkheim e Weber. Parsons distingue um paralelo entre o tratamento de Weber da ação e o interesse de Durkheim pela obrigação moral (internalizada)⁴ (...). (...) Os primeiros trabalhos de Parsons orientaram-se no sentido de reconciliar o “voluntarismo”, supostamente inerente na abordagem metodológica de Weber (e, de um ângulo diferente, prefigurado em Pareto), com a ideia da exigência funcional do consenso moral (Giddens, 1978, p. 100-101).

O quadro de referência no qual Parsons escreveu *A estrutura da ação social* era o de uma busca para estabelecer a teoria sociológica sobre uma base que a livrasse do fardo do utilitarismo. “Spencer está morto” (Parsons, 1937, p. 3), frase que figura no primeiro parágrafo do livro, delinea o projeto a que Parsons se propõe. Spencer representa aqui o utilitarismo⁵, “a perseguição por cada indivíduo de seu próprio interesse e de seus fins privados”, que resultaria “na maior satisfação possível das necessidades de todos” (op. cit., p. 4). Parsons empenha-se na superação do pensamento utilitarista procurando, em *A estrutura da ação social*, construir sua teoria levando em conta tanto a ação dos indivíduos como o caráter normativo da sociedade. Para isso, Parsons concebe o *ato-unicidade* (unit act) como peça central de sua arquitetura teórica. Na ação, o agente manifesta sua vontade, seus propósitos, o que Parsons chama de *esforço* (effort). Parsons considera que os agentes possuem vontade livre, mas que essa vontade livre se desenrola no âmbito de *situações* (situations), restrições materiais à

⁴ Do mesmo modo, escreve Collins: “Parsons afirmava, seguindo Durkheim, que as sociedades não podiam se manter coesas apenas de forma racional. Ele interpretava tal asserção no sentido de que a sociedade conta com um conjunto de valores que são inculcados nos indivíduos” (Collins, 1994, p. 200-201).

⁵ “O inimigo de Parsons é a teoria liberal do século dezenove, não apenas a ideologia que corresponde a ela. Ele chama esse sistema teórico de ‘utilitarismo’. Individualista e racionalista até a raiz, o utilitarismo, de acordo com Parsons, é onipresente no pensamento social ocidental” (Alexander, 1987, p. 23).

sua efetivação que não estão sob o controle do agente. Algumas dessas restrições, os *meios* (means), podem ser modificadas ou superadas pelo exercício do esforço. Outras, inalteráveis, são denominadas de *condições* (conditions). E, cruciais para Parsons, existem ainda as *normas* (norms)⁶, que se relacionam à interpretação e ao julgamento subjetivos dos agentes e a seus padrões valorativos. Os *fins* (ends) buscados pela ação são guiados por considerações normativas.

Podemos dizer, portanto, que existem componentes subjetivos e objetivos do ato-unidade. Fins, esforço e normas constituem as partes subjetivas, enquanto condições e meios se referem aos elementos objetivos. Toda ação, diz Parsons, envolve uma tensão entre normas e condições, entre componentes subjetivos e objetivos. Fica claro que Parsons criou esse modelo para incluir elementos de cada uma das tradições parciais que o precederam. As tradições idealistas colocam o foco nas normas, se coletivistas, ou no esforço, se individualistas. As tradições materialistas colocam o foco nas condições, se coletivistas, ou nos meios, se individualistas. O modelo do ato-unidade de Parsons é concebido de modo a incluir cada uma dessas ênfases sem render-se a nenhuma de suas considerações unilaterais (Alexander, 1987, p. 24-25).

Os elementos morais, ou normativos, são considerados por Parsons como constituindo *estruturas* ou *sistemas*⁷. Ao passo em que esses sistemas têm preeminência sobre os agentes individuais, devido aos padrões supraindividuais que os compõem, é apenas por meio das ações dos agentes que os sistemas se delineiam e ganham corpo. A abordagem que Parsons assim elaborou em *A estrutura da ação social* e denominou de “*teoria voluntarista da ação*” (Parsons, 1937, p. 11) é designada por Alexander como “*estruturalismo voluntarista*”, frisando a importância de Weber e Durkheim nessa composição (Alexander, 1987, p. 28). Essa designação de Alexander visa pôr em

⁶ “O que é essencial ao conceito de ação é que deve haver uma orientação normativa (...)” (Parsons, 1937, p. 45).

⁷ “Antes mesmo que os indivíduos se disponham a agir, a sociedade já se encontra integrada pela moral, pelos valores, pelos símbolos normativos. Portanto, a sociedade não é possível se previamente não está integrada sob a forma de sistema” (Luhmann, 1996, p. 32).

evidência os dois momentos que Parsons concatena em sua teoria inicial: por um lado, o voluntarismo, a ação dotada de livre arbítrio, e, por outro, a estrutura, os componentes sistêmicos que emolduram quaisquer ações. “Uma das maiores questões para Parsons (...) era demonstrar que era possível considerar a ordem coletiva sem eliminar a subjetividade” (op. cit., p. 32).

No período entre 1937 e 1951, que culmina na publicação de *O sistema social* e, juntamente com Edward Shils, de *Rumo a uma teoria geral da ação*, ambos de 1951, Parsons entra em contato com a obra de Freud e incorpora a teoria freudiana do superego, utilizando-a para explicar a internalização de normas. Com base nesse referencial teórico agora assimilado, Parsons concebe três sistemas de ação: personalidade, sociedade e cultura.

A personalidade, argumenta Parsons, se refere às disposições de necessidades da pessoa individual. (...) O nível do sistema social se refere à interação entre personalidades diferentes ou, em termos do senso comum, à interdependência das pessoas. (...) Por fim, há o sistema cultural. A cultura não se refere às disposições de necessidades na pessoa nem à natureza das interações concretas, mas a amplos padrões simbólicos de sentido e de valor (op. cit., p. 39-40).

Apesar de corresponderem a dimensões analíticas distintas, os três sistemas se interpenetram: uma pessoa, uma situação social e uma instituição podem ser consideradas sob o ângulo dessas três dimensões sistêmicas.

Essa diferenciação entre personalidade, sociedade e cultura permite tanto examinar sua interpenetração quanto os obstáculos e problemas apresentados à essa relação. A partir desse aparato conceitual, Parsons pode julgar um mais bem ou mais mal sucedido desempenho desses inter-relacionamentos em termos da predominância de harmonia e equilíbrio ou, pelo contrário, de fricções em seu desenrolar. O equilíbrio se dá quando existe eficiente preparação e sequenciamento em relação aos papéis

desempenhados pelo indivíduo (o que remete à influência freudiana no que tange à internalização ao longo da vida), boa coordenação de papéis dentro de uma instituição, sentido reconhecido de uma cultura comum, compatibilidade entre as distintas dimensões sistêmicas e complementaridade na mútua troca de sanções e recompensas que faz parte das interações entre indivíduos. Da posição de equilíbrio eventualmente alcançada, ou melhor, da situação de rompimento desse equilíbrio, Parsons deriva suas ideias acerca do desvio e do conflito.

Nos livros de 1951, Parsons trata de dois processos que identifica como centrais para os sistemas sociais: *alocação* (allocation) e *integração* (integration). Enquanto a alocação se relaciona à economia, aos aspectos materiais, a integração se vincula à esfera normativa. Conforme Alexander:

Os processos alocativos distribuem recursos, pessoal, recompensas. Os processos integrativos mantêm esses processos distributivos sob controle. A alocação está preocupada com a produção, já a integração com fornecer à produção um amortecedor e uma estrutura. A alocação está focada nos meios e inevitavelmente produz conflito; a integração se preocupa com os fins e com a interpenetração de fins, o que, de acordo com Parsons, produz estabilidade (op. cit., p. 53).

O processo de alocação lida com meios, distribuição de pessoal e de recompensas. Os meios permitem controlar tecnicamente a distribuição de produtos. O dinheiro e o poder são os meios mais emblemáticos. Em segundo lugar, a alocação de pessoal diz respeito, utilizando uma terminologia que não é a de Parsons, à organização do trabalho, que por seu turno regulará a alocação dos meios. Por último, as recompensas se referem ao plano simbólico da obtenção de prestígio.

Além de as três dimensões da alocação estarem estreitamente conectadas – o dinheiro, por exemplo, pode ser considerado sob a ótica de um meio mas também como uma recompensa –, há também uma relação íntima entre alocação e integração. Porque,

ao passo em que fazem parte do processo de alocação, as recompensas se imiscuem no processo de integração, na medida em que se referem a valores. De fato, são as recompensas que permitem a Parsons estabelecer o vínculo entre o material e o ideal. Não obstante sua construção associar esses dois aspectos, Parsons coloca ênfase no plano dos valores e normas, já que são eles que, em última análise, asseguram o equilíbrio sistêmico e a integração social:

Assim, enquanto a própria aplicação de Parsons de sua teoria da integração certamente dava pouca importância aos aspectos instrumentais, ele estava perfeitamente correto em insistir na importância do terceiro processo, mais subjetivo e alocativo, o de recompensas. Parsons insistia no fato de que as necessidades mais profundas das pessoas não são por objetos instrumentais, mas por amor e respeito e que, por essa razão, as pessoas buscam recompensas simbólicas. As recompensas contribuem para a alocação estável na medida em que ligam a distribuição objetiva aos valores últimos dos seres humanos (op. cit., p. 59).

Com a publicação, em 1956, de *Economia e sociedade*, em parceria com Neil J. Smelser, Parsons dá novos passos em sua construção teórica do sistema social. Apresenta o *modelo de intercâmbio* (interchange model), conhecido por modelo *AGIL*, sigla composta por A de *Adaptação* (Adaptation), G de *Obtenção de objetivos* (Goal attainment), I de *Integração* (Integration) e L de *Manutenção de padrões latentes* (Latent pattern maintenance). A adaptação exprime as forças do mundo material, é o *locus* da economia. A obtenção de objetivos, a despeito de seu forte embasamento material, aproxima-se mais da normatividade, contendo, como elementos prototípicos, a política, o governo e as organizações. A integração diz respeito a normas, à solidariedade grupal. E, por fim, a manutenção de padrões latentes representa os valores. Parsons expôs o modelo *AGIL* na forma de um quadrado, o delineamento geral do sistema, que por sua vez continha dentro de si outros quatro quadrados, os

subsistemas⁸. Iniciando-se no canto superior esquerdo, a leitura do esquema é feita em sentido horário:

<i>Adaptação (A)</i> Economia	<i>Obtenção de objetivos (G)</i> Política
<i>Manutenção de padrões latentes (L)</i> Valores	<i>Integração (I)</i> Normas

Pode-se observar a correspondência entre, por um lado, os processos que Parsons antes descrevia como alocação e integração e, por outro, o modelo AGIL. É como se agora a alocação, mais próxima da materialidade, compusesse a parte de cima do diagrama AGIL, como adaptação e obtenção de objetivos, e a integração, esfera da idealidade, constituísse doravante a parte de baixo do esquema, isto é, integração e manutenção de padrões latentes. Porém, Alexander frisa que a própria concepção do modelo objetiva dar-lhe flexibilidade e furtar-lhe a uma interpretação equívoca de que os subsistemas seriam estritamente ideais ou materiais:

Esse modelo AGIL descreve o sistema social como sendo dividido em quatro diferentes dimensões, nenhuma das quais corresponde completamente a qualquer instituição dada e cada uma das quais se relaciona tanto à estabilidade quanto à mudança. As quatro dimensões

⁸ “O desenho teórico desse esquema é guiado por uma técnica de diagramas cruzados que destaca o fechamento total das possíveis combinações. (...) Esse fechamento garantia, para Parsons, a pretensão de universalidade da teoria. E, de fato, essa universalidade se manifestou na mentalidade de trabalho de Parsons na medida em que ele, tanto quanto possível, integrou todas as contribuições teóricas provenientes de fora desse marco de referência em cada um dos compartimentos do esquema” (Luhmann, 1996, p. 35-36).

representam diferentes grau de proximidade em relação a questões ideais e materiais, e a intenção do modelo é sintetizar as tradições idealista e materialista do modo o mais eficaz possível. (...) Nenhuma dessas esferas ou subsistemas é completamente ideal ou completamente material, algo que é articulado de forma contundente pelo diagrama que Parsons empregou para representar sua inter-relação (op. cit., p. 92-93).

Além do paralelo possível com os processos de alocação e integração, o modelo AGIL também permite outro, levando-se em conta o comentário de Alexander, qual seja, com a peculiar ambição de síntese de paradigmas que guiou Parsons em *A estrutura da ação social* quase vinte anos antes⁹.

O grande tema de Parsons no tocante aos subsistemas do modelo AGIL são as relações existentes entre eles – daí o nome modelo de intercâmbio. “Cada subsistema participa de intercâmbios que cruzam seus limites, cada um deles necessita daquilo que o subsistema vizinho pode proporcionar, e, por sua vez, cada um de seus subsistemas adjacentes necessita daquilo que ele pode proporcionar” (op. cit., p. 94). Parsons pensa em relações que se desenvolvem pelo intercâmbio de *inputs* e *outputs*. Os produtos específicos de cada subsistema servem de insumos a outros, num constante processo de trocas. Além disso, “o sistema se repete dentro de si mesmo” (Luhmann, 1996, p. 36), já que “cada instituição, não importa qual seja sua especialização, pode também ser internamente dividida em cada uma das quatro dimensões funcionais” (Alexander, 1987, p. 94). Uma instituição como as igrejas, por exemplo, faz parte *par excellence* do subsistema L. Mas, por sua vez, na análise parsoniana, a própria instituição pode ser decomposta nos quatro subsistemas AGIL, já que necessita, para desempenhar suas funções, de meios econômicos, de um corpo dirigente, e das relações de solidariedade,

⁹ Comentando esse tópico de forma mais explícita, Alexander escreve com admiração: “Com o modelo de intercâmbio, Parsons encontrou um modelo elegante, preciso e sofisticado para articular sua ambição de longa data de elaborar uma síntese de formas ideais e materiais” (Alexander, 1987, p. 97).

além, é claro, dos valores que produz e mantém. No modelo de intercâmbio, o equilíbrio resulta da reciprocidade de *inputs* e *outputs* entre os subsistemas do sistema social. Depende da capacidade dos subsistemas suprirem uns aos outros com os produtos de que cada um precisa para sua atividade. Em casos de quebra dessa reciprocidade, ou seja, quando ocorre um descompasso entre demanda e oferta no interior das relações intersistêmicas, a consequência, para Parsons, é o conflito. Em textos dos anos sessenta, Parsons desenvolve sua *teoria dos meios generalizados de troca*, uma forma de conceber as relações de intercâmbio sistêmicas. Cada especialização dos distintos subsistemas gera um meio específico de comunicação com os outros subsistemas. Assim, Luhmann afirma:

Existem intercâmbios concretos entre os sistemas de funções. Esses intercâmbios são dirigidos pelos *meios simbólicos* dos quais dispõem cada sistema de função: a economia, o meio simbólico do dinheiro; a política, o poder; a comunidade, a influência da autoridade, e o sistema da cultura, o compromisso com os valores. (Luhmann, 1996, p. 41).

2. A reconstrução crítica da teoria parsoniana por Habermas: mundo da vida e sistema

Teoria do agir comunicativo, publicado originalmente em 1981, é um ambicioso livro de dois volumes no qual Jürgen Habermas realiza um percurso pela teoria social passando por Weber, Marx, Lukács, Adorno, Durkheim, Mead e, por fim, Parsons, entre outros autores, com o objetivo de compor as bases de uma construção teórica que dá título ao livro. Não é sem razão que Levine coloca *Teoria do agir comunicativo*, juntamente com *A estrutura da ação social*, sob a rubrica de narrativas sintéticas (cf. Levine, 1997, p. 43-62). Pode-se considerar que, cada uma à sua maneira, as duas buscam uma espécie de síntese voltada à superação dos elementos que agregam. No caso de Habermas, essa elaboração se processa por meio de apropriações parciais dos

autores discutidos e de crítica em relação àquilo que, em seu entender, são déficits ou problemas das teorias. O que está em jogo, longe de ser um projeto de escrever história da teoria, é a própria construção de uma teoria nova. Daí as críticas que são feitas ao livro de Habermas no tocante às interpretações de outros autores que ele leva a cabo, por vezes consideradas distorcidas ou errôneas¹⁰.

Habermas dedica o penúltimo capítulo do segundo volume de *Teoria do agir comunicativo* a Parsons. Trata-se, desde logo, de uma leitura interessada. Como de resto procede com outros autores, Habermas se dedica a uma reconstrução crítica da teoria parsoniana. Nesse caminho, aponta problemas e limites e contrapõe, a aspectos da abordagem de Parsons, a proposição de suas próprias soluções¹¹. Para isso, Habermas discute mais de quarenta anos da produção de Parsons, desde 1937 até 1978. À parte as diversas questões específicas que se levantam ao longo do capítulo, a tese central de Habermas é que, ao longo desse período, Parsons abandona progressivamente uma *teoria da ação*, desenvolvida em *A estrutura da ação social*, e privilegia cada vez mais uma *teoria de sistemas*. Até o final da trajetória de Parsons, subsistiria uma tensão entre esses dois paradigmas. Habermas se propõe a analisar as “contradições instrutivas [Parsons] se envolve” (Habermas, 2012, p. 365), já que a conexão entre um e outro desses paradigmas seria, para o sociólogo norte-americano, “o problema de construção mais importante” de sua teoria (op. cit., p. 361). Para Habermas, o problema é também esse, ou seja, como pôr em relação a teoria da ação e a teoria de sistemas. Em seus termos, a questão é precisar como se relacionam a interação entre pessoas voltada ao entendimento, à intersubjetividade, que transcorre no que Habermas chama de *mundo*

¹⁰ Os mesmos tipos de ataque sofre igualmente outro livro seu, *O discurso filosófico da modernidade*, de 1985, que é uma fundamentação filosófica do livro de 1981.

¹¹ Sugestivo desse tipo de procedimento é já o próprio título do capítulo: “Teoria da sociedade de Talcott Parsons: problemas de construção” (ver Habermas, 2012, p. 357-542).

da vida, e os imperativos sistêmicos que emanam da razão instrumental do sistema econômico, que correspondem para Habermas ao plano do *sistema*.

Esse problema, Habermas o faz remontar ao século XVIII quando, pela primeira vez, a nascente Economia Política tomou o sistema econômico como objeto específico de análise. Posteriormente, Hegel teria procurado solucionar o problema “no sentido de uma passagem idealista do espírito subjetivo para o objetivo” (op. cit., p. 366). A teoria do valor de Marx buscaria, na interpretação habermasiana, pôr em relação o sistema econômico anônimo e os contextos de ação dos atores sociais. “De tal modo que a teoria de sistemas e a teoria da ação podem ser entendidas como os *membros dispersos (disiecta membra)* desse legado hegeliano-marxiano” (op. cit., p. 366). Assim, conforme Habermas, pode-se “interpretar a história da teoria que tem início em Marx como a progressiva separação entre dois paradigmas que não podem ser integrados num único conceito de sociedade, uma vez que englobam respectivamente o sistema e o mundo da vida” (op. cit., p. 366-367). A tentativa de Habermas é construir uma teoria que obtenha esse resultado e sua discussão acerca da obra de Parsons tem como propósito observar de que maneira teoria da ação e teoria de sistemas nela se fazem presentes.

Habermas afirma que, em *A estrutura da ação social*, Parsons elabora um conceito voluntarista de ação e um conceito normativo de ordem social.

Parsons tenta revestir a ideia kantiana de liberdade como obediência a leis dadas autonomamente com roupagens sociológicas, ou melhor, tenta reencontrar essa ideia da autonomia nos conceitos de Durkheim e M. Weber. Nesse empreendimento, é essencial não somente a relação simétrica entre a autoridade de normas vigentes, com as quais o ator se defronta, e o autocontrole ancorado em sua personalidade, mas também a correspondência entre a institucionalização e a internalização de valores. Nisso se reflete o caráter duplo de uma liberdade constituída mediante o reconhecimento *pessoal* de uma vinculação a ordens *suprapessoais* (op. cit., p. 376).

Tal construção implica em que, “ao se orientar pelas ordens legítimas, o agente não pode excluir a orientação pelos interesses próprios” (op. cit., p. 377). Para Habermas, teria sido conseqüente relacionar o conceito de ação e o conceito de ordem entre si, mas Parsons isola os dois planos de análise. Não refere ação e ordem complementarmente um ao outro, mas os situa em distintos planos. Habermas sustenta que, na verdade, Parsons se atém a um conceito de ação individual de um sujeito isolado, “escolhe como ponto de partida um ator concebido monadicamente” (op. cit., p. 388). Assim, não teria conseguido lograr, apesar de seus esforços, a superação do conceito utilitarista de ação. Habermas escreve que Parsons interpreta “a liberdade de decisão do ator como sendo uma escolha entre meios alternativos, quando são dados certos fins” (op. cit., p. 389). Parsons parte de um agente que inicia individualmente sua ação e se coloca em interação com outro, que do mesmo modo principiou sua ação de forma independente: “O ponto de partida da análise é dado pela orientação *singular* da ação” (op. cit., p. 388). O trânsito entre um plano e outro é feito tendo por base, então, um indivíduo como mônada que se encontra com outro.

A problemática passagem da ação à ordem social em *A estrutura da ação social* é tratada por Habermas sob o prisma de sua própria solução, a teoria da ação comunicativa. De acordo com Habermas, o conjunto de valores compartilhados é já na raiz algo intersubjetivo. O conceito monádico de ação de Parsons é incompatível com uma tal ordem normativa. Valores aceitos em comum, uma tradição partilhada intersubjetivamente, constituem o contexto no qual têm lugar os processos de entendimento entre as pessoas. A coordenação da ação se resolveria, para Habermas, tendo em vista uma orientação dos atores por pretensões de validade de normas que remetem a um reconhecimento intersubjetivo.

O problema poderia ser solucionado se Parsons transformasse as interpretações dos participantes da interação, as quais tornam possível o consenso, num componente nuclear do agir social. (...) Todavia, se procedêssemos como Parsons, concebendo as decisões orientadoras da ação como *produto do arbítrio privado de atores singulares*, careceríamos de um mecanismo capaz de explicar como os sistemas de ação se dividem em unidades de ação” (op. cit., p. 389-390).

É esse impasse que, segundo Habermas, explicaria os “reajustes ocorridos na teoria da ação” (op. cit., p. 390) e teria levado Parsons a novas elaborações em seus passos seguintes.

Em *O sistema social e Rumo a uma teoria geral da ação*, Parsons não se limita à análise da ação como orientação de um agente numa situação. Procura agora “entender a própria orientação da ação como um produto da influências conjuntas da cultura, da sociedade e da personalidade” (op. cit., p. 390). O contato que Parsons havia então travado com a teoria da personalidade de Freud e com a antropologia cultural de Malinowski ajudam a explicar as transformações pelas quais passou a teoria parsoniana no interlúdio de 1937 a 1951. A construção de Parsons tem, nesses livros, como início e como base o conceito de cultura, e a sociedade e a personalidade são entendidas como encarnações de padrões culturais. “As unidades elementares deixam de ser unidades de ação, passando a ser padrões culturais ou significados simbólicos” (op. cit., p. 391). Habermas levanta dois problemas, que considera aporias da teoria parsoniana desse período. Em primeiro lugar, questiona o modo como se concebe a “determinação cultural de orientações da ação” (op. cit., p. 392). Na perspectiva da teoria da ação comunicativa, não é possível conectar de forma direta a orientação da ação e o sistema cultural, na medida em que a interação normativamente regulada esteja ancorada na personalidade. O segundo problema diz respeito à articulação dos conceitos de cultura, sociedade e personalidade com o conceito anterior de ação de Parsons. Habermas afirma

que Parsons desconsidera o mecanismo do entendimento intersubjetivo, que permitiria analisar a conexão de cultura, sociedade e personalidade por meio das estruturas simbólicas do mundo da vida reproduzidas pela ação comunicativa.

Na falta do mecanismo do entendimento, Parsons procura, de acordo com Habermas, estabelecer a vinculação entre cultura, sociedade e personalidade através da introdução das *variáveis-padrão de orientação valorativa* (pattern-variables of value orientation), “meios conceituais que permitem pensar o surgimento da orientação de uma ação a partir da convergência entre a cultura, a sociedade e a personalidade” (op. cit., p. 404). As variáveis-padrão descrevem padrões de preferência e cada uma delas, num total de cinco, sempre na forma de uma opção entre duas alternativas¹². Esses padrões de preferência vinculam a orientação da ação à cultura, à sociedade e à personalidade. Entretanto, conforme Habermas, a vantagem conceitual das variáveis-padrão seria também seu maior defeito, já que, se elas “descrevem um núcleo comum aos três componentes, elas não podem servir, ao mesmo tempo, para esclarecer as *diferenças específicas no modo como a personalidade, a sociedade e a cultura influem nas orientações de ação*” (op. cit., p. 409). Só servindo para detectar as analogias estruturais, sem “*um elemento capaz de fazer jus ao mecanismo do entendimento*” (op. cit., p. 409), sem “*a conexão com um mundo da vida centrado no agir comunicativo, tanto a cultura, como a sociedade e a personalidade perdem os elos que as conectam entre si*” (op. cit., p. 410). E, para Habermas, é isso justamente o que leva Parsons a autonomizar essas três esferas na forma de três sistemas que se inter-relacionam e se interpenetram, abandonando a tentativa de explicar em termos de teoria da ação a

¹² Habermas observa que as variáveis-padrão estabelecem um ordenamento que contrapõe sempre o tradicional e o moderno. A partir do uso das variáveis-padrão por Marion J. Levy “para teorizar a mudança macrossociológica”, numa tentativa de concretizar “o projeto altamente abstrato de Parsons”

relação dos valores culturais com a sociedade e a personalidade. O modelo que então Parsons passa a desenvolver é o de uma “*interpenetração recíproca de sistemas separados analiticamente*” (op. cit., p. 410). Parsons começa a tornar mais preciso seu conceito de sistema, doravante valendo-se da teoria de sistemas. Essa viragem é caracterizada por Habermas como uma passagem de um funcionalismo estrutural, com raízes na antropologia cultural, para um funcionalismo sistêmico, procedente da biocibernética. No modelo do funcionalismo sistêmico parsoniano, os sistemas se deparam com a dupla tarefa de sua conservação, por um lado em sua relação com o entorno e, por outro, no que diz respeito a seu próprio interior. Essas funções correspondem aos processos de alocação e integração.

A alocação é o âmbito da relação com o exterior, ligando-se à adaptação sistêmica, obtenção de fins e o manejo eficiente de recursos, ou seja, à “*integração funcional*” (op. cit., p. 414). A integração se prende à “*integração social*” (op. cit., p. 414-415) e é o processo que visa garantir a integração e manutenção de valores culturais. Os processos que Parsons denomina de alocação e integração são considerados por Habermas na medida em que se refiram à integração funcional, isto é, à manutenção dos limites sistêmicos, ou à integração social, que se reporta à integração dos valores e se dá no horizonte da cultura. Para Habermas, se o tratamento das questões da integração funcional e da integração social levasse em conta uma estratégia metodológica que considera “a *integração social* que se apresenta como parte da reprodução simbólica do mundo da vida” e “a *integração funcional* que tem a ver com a reprodução material do mundo da vida, a qual pode ser concebida como manutenção do sistema” seria “possível separar os dois aspectos sob os quais os problemas de integração

(Knöbl, 2003, p. 98-99), são lançadas as bases para a teoria da modernização de matriz estrutural-funcionalista.

de uma sociedade podem ser tematizados” (op. cit., p. 424). Com essa via alternativa, poder-se-ia evitar “a *fusão de paradigmas*, à qual a (...) teoria parsoniana sucumbe no início dos anos 1950” (op. cit., p. 426).

Se “Parsons toma como ponto de partida o primado da teoria da ação”, com o fracasso de “sua tentativa de construir uma passagem da unidade de ação para o contexto da ação (...), ele desiste de introduzir o conceito de sistema na teoria da ação” (op. cit., p. 426-427). Habermas julga que os problemas nos quais a teoria parsoniana desemboca, nos livros de 1951, radicam no próprio conceito de ação que Parsons vem desenvolvendo desde 1937:

A moldura da teoria da ação [utilizada por Parsons] é demasiado apertada, não permitindo o desenvolvimento de um conceito de sociedade na perspectiva da ação; por isso, Parsons é levado a representar diretamente os contextos de ação como sistemas, abandonando o primado categorial da teoria da ação em favor da teoria de sistemas (op. cit., p. 367).

Na leitura de Habermas, Parsons se desvencilha das dificuldades em que se enreda conferindo de vez primazia à teoria de sistemas. A essa altura, o sistema cultural tem para Parsons o *status* ambíguo de ser um entorno que está acima dos demais sistemas e, ao mesmo tempo, lhes ser interno, sem, no entanto, constituir-se de fato como um entorno sistêmico. Seu passo seguinte é rebaixar a cultura ao mesmo nível da personalidade e da sociedade. A perda da preponderância do sistema cultural caracteriza, para Habermas, essa guinada do primado da teoria da ação em direção ao primado da teoria de sistemas. À personalidade, à sociedade e à cultura, Parsons acrescenta o organismo (sistema comportamental) e os subsume como subsistemas ao sistema geral de ação que introduz. Esse, por sua vez, tem o efeito de fazer desaparecerem os sujeitos agentes, convertendo-os em unidades abstratas. É como se o sistema geral engolissem os agentes.

Os *Esboços de uma teoria da ação*, de 1953, marcam, de acordo com Habermas, o início de um período de transição teórica que se estende até 1960. Nesse entretempo, Parsons publica *Economia e sociedade*. Esse período corresponde à fundamentação da teoria parsoniana com base em categorias da teoria de sistemas. Parsons desenvolve o modelo *AGIL*, estabelecendo o inter-relacionamento de quatro subsistemas funcionalmente especializados. Na medida em que, com o esquema *AGIL*, as funções de *alocação* são agora apresentadas como *Adaptação* e *Obtenção de objetivos*, e a reprodução cultural e a socialização aparecem reunidas na função *Manutenção de padrões latentes*, Habermas considera que é efetuada um “*nivelamento* simultâneo da diferença anteriormente estabelecida entre integração funcional e integração social; ambas são reduzidas à ‘*integração*’” (op. cit., p. 439). Essa nivelção implode ainda mais a já problemática relação entre ação e sistema em Parsons: “Com isso, *ficam descaracterizados* os pontos de sutura que ligavam os paradigmas ‘ação’ e ‘sistema’” (op. cit., p. 439). Visando contrapor o modelo inicial de Parsons, centrado na ação, e sua teoria posterior, voltada aos sistemas, Habermas cita o comentário feito por Dubin no contexto de seu debate com Parsons:

“O modelo I de Parsons essencialmente ‘observa atentamente’ o sistema social a partir da posição estratégica do ator; seu modelo II ‘olha de cima para baixo’ o ator individual a partir da perspectiva do sistema social”. (...) “A diferença essencial entre essas duas soluções reside nas unidades a partir das quais se constroem os modelos. No modelo I, o ato social é considerado como produto das avaliações que o ator faz dos objetos e de suas orientações no que diz respeito a eles – ambas são unidades subjetivas ou sociopsicológicas. No modelo II, o ato social é visto como um *produto de definições de papel relativas aos quatro problemas presumivelmente universais do sistema social*. Com isso, a unidade analítica primária tornam-se as modalidades do sistema, de onde unicamente derivam a avaliação dos objetos pelo ator e suas orientações em relação a eles”¹³ (op. cit., p. 448-449).

¹³ Citação, em inglês, que Habermas faz de DUBIN, R.. “Parsons’ Actor: Continuities in Social Theory”. In: PARSONS, T.. *Sociological Theory and Modern Society*. New York, 1967, p. 530.

A coesão sistêmica é garantida, como escreve Habermas, “sem levar em conta os autores” (op. cit., p. 466).

O modelo *AGIL* ou *modelo de intercâmbio* implica “na ideia de relações de troca intersistêmicas e na introdução de meios de comunicação que regulam essa troca” (op. cit., p. 466). Ao propugnar esses meios de inter-relacionamento – dinheiro, poder, influência e compromisso valorativo –, o modelo furta aos agentes a capacidade de ação, transformando o funcionamento da sociedade em uma série de relações de intercâmbio entre meios. Essa construção significa, para Habermas, que Parsons pretende reduzir “a integração mediante a comunicação linguística a *mecanismos de troca que eludem as estruturas da intersubjetividade linguística, retirando definitivamente de circulação a distinção entre integração social e integração sistêmica*” (op. cit., p. 467). Apesar de concordar que o dinheiro e, em certa medida, o poder, têm marcadamente caráter instrumental, Habermas afirma que não se pode subsumir a influência e o compromisso valorativo a uma lógica de meios de troca, como faz Parsons. Para Habermas, “nos domínios da vida que preenchem as funções da reprodução cultural, da integração social e da socialização, [o entendimento não pode ser] jamais substituído por meios ou *tecnicizado*” (op. cit., p. 487). Conforme escreve:

somente os domínios funcionais da reprodução material podem ser diferenciados por meio de mecanismos de controle. Já as estruturas simbólicas do mundo da vida são reproduzidas mediante o agir orientado pelo entendimento, que constitui o meio fundamental; pois os sistemas da ação, por dependerem da reprodução cultural, da integração social e da socialização, permanecem ligados às estruturas do mundo da vida e da ação comunicativa (op. cit., p. 475-476).

Assim, de acordo com Habermas, restaria apenas distinguir os meios segundo se baseiem em “vinculações motivadas empiricamente” (op. cit., p. 509), como o dinheiro e o poder, ou em “formas de uma confiança motivada racionalmente” (op. cit., p. 509),

como a influência e o compromisso valorativo, configurando-se, dessa forma, um “*dualismo de meios*” (op. cit., p. 511). A ideia de dualismo de meios que Habermas desenvolve ao discutir a teoria parsoniana remete a seu objetivo de construir um conceito de sociedade em dois níveis. A pretensão teórica de Habermas é coadunar teoria da ação e teoria de sistemas e tal intento se corporifica em sua teoria da ação comunicativa, que propõe que a sociedade comporta os planos do mundo da vida e do sistema. Enquanto o mundo da vida é constituído pela intercomunicação linguística de sujeitos que compartilham um mesmo pano de fundo cultural, que se compreendem mutuamente e podem chegar a consensos através do debate, o sistema é o *locus* da racionalidade instrumental da economia (e, acrescente-se, também da racionalidade burocrática do Estado). Conquanto separados, já que a elaboração de Habermas é de matriz analítica, o sistema tende continuamente a colonizar áreas do mundo da vida, procurando convertê-las à sua lógica própria, e este, por sua vez, apresenta frequentemente resistência a essas tentativas invasoras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo sobre Parsons situa-se logo antes do capítulo que conclui *Teoria do agir comunicativo*. Nesse último capítulo, Habermas retoma os autores que discutiu, com vistas à síntese final que procura estabelecer. Levando em conta sua localização, o capítulo acerca da obra de Parsons é estratégico. Habermas afirma que se, desde Marx, teoria da ação e teoria de sistemas estão separadas, é “de grande interesse observar como essas duas linhas da história da teoria se unem novamente na obra de Parsons” (op. cit., p. 367). “[N]enhum autor contemporâneo desenvolveu uma teoria da sociedade tão complexa”, escreve Habermas, para em seguida dizer que não há obra que se

compare à de Parsons “no que diz respeito ao nível de abstração, à riqueza de detalhes, ao alcance teórico-social, à sistematicidade e à capacidade de absorver resultados de diferentes esferas de pesquisa” (op. cit., p. 360). Essa colocação de Habermas sobre Parsons faz pensar que o filósofo social alemão está se vendo no espelho ao ler o sociólogo norte-americano. Habermas pondera que, apesar de o interesse pela teoria parsoniana ter diminuído desde os anos sessenta e do fato de ela ter sido “temporariamente colocada num segundo plano por teorias críticas e hermenêuticas, nenhuma teoria da sociedade que passe por alto a obra de Parsons pode ser levada a sério” (op. cit., p. 360). Pelo exposto aqui, cabe considerar que Habermas não só procura posicionar-se em relação a Parsons mas, principalmente, que a teoria parsoniana constitui uma parte importante do trajeto teórico de Habermas no que diz respeito à construção da teoria da ação comunicativa. Por meio da análise da obra de Parsons, Habermas, em sua interpretação apropriativa, realiza um processo duplo de assimilação e crítica. Nesse processo, retém de Parsons o que lhe parece mais crucial para a composição de uma teoria social: poder-se-ia dizer que a obsessão em reunir teoria da ação e teoria de sistemas. E, a partir da crítica aos problemas e dilemas da teoria sintética do sociólogo norte-americano, Habermas propõe seu próprio caminho de síntese para a teoria social.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C.. 1987. *Twenty Lectures: Sociological Theory Since World War II*. New York: Columbia University Press.

COLLINS, Randall. 1994. *Four Sociological Traditions*. New York: Oxford University Press.

GIDDENS, Anthony. 1978 [1976]. “Produção e reprodução da vida social”. In: Anthony Giddens. *Novas Regras do Método Sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

HABERMAS, Jürgen. 2012 [1981]. *Teoria do agir comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2002 [1985]. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.

KNÖBL, Wolfgang. 2003. “Theories That Won't Pass Away: The Never-ending Story of Modernization Theory”. In: Gerard Delanty and Engin F. Isin (Editors). *Handbook of Historical Sociology*. London: Sage.

LEVINE, Donald N.. 1997 [1995] *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LUHMANN, Niklas. 1996. *Introducción a la teoría de sistemas*. Publicado por Javier Torres Nafarrate a partir de conferências de Luhmann. México: Universidad Iberoamericana.

PARSONS, Talcott. 1937. *The Structure of Social Action*. New York: McGraw-Hill Book Company.

_____. 1951. *The Social System*. Glencoe: The Free Press.

PARSONS, Talcott; SHILS, Edward A. *et alii*. 1951. “Some Fundamental Categories of the Theory of Action: A General Statement”. In: Talcott Parsons and Edward A. Shils (Editors). *Toward a General Theory of Action*. Cambridge: Harvard University Press.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert F. and SHILS, Edward A.. 1953. *Working Papers in the Theory of Action*. Glencoe: The Free Press.

PARSONS, Talcott and SMELSER, Neil J.. 1956. *Economy and Society: A Study in the Integration of Economic and Social Theory*. Glencoe: The Free Press.

ACTION THEORY AND SYSTEM THEORY IN TALCOTT PARSONS AND JÜRGEN HABERMAS

ABSTRACT

This article addresses the theory of action and systems theory in the works of Talcott Parsons and Jürgen Habermas. It is divided in two main parts: the first presents the key stages of Parsons' theoretical evolution and the second deals with the critical reconstruction of the Parsonian theory by Habermas. Based on a presentation of Parsons' theory, the primary objective of this article is to highlight how this author's theoretical legacy reverberates in contemporary social theory, as exemplified in the critical appropriation of the Parsonian proposal by Habermas' theory of communicative action.

KEYWORDS

Social theory. Systems theory. Theory of action. Habermas. Parsons.